

MAS... ONDE HÁ FUMAÇA, SEMPRE HÁ FOGO?

Wagner Luiz Ferreira Lima*

ABSTRACT: *In “But... is it true that where there is steam there is fire?”, we can analyse the communication contract in the parable “O Dragão” from L. F. Veríssimo. If evaluating the three competences — situational, discursive and metalinguistic, we’ll discover that the signals were organized strategically as a game, making the reader find the right objective of the text, without losing the notion that fiction and reality belong to the “mise-en-scène”. Based on the semiolinguistic analysis of discourse of Patrick Charaudeau, the article shows a possibility of textual comprehension located between the “hard” center and “light” periphery, adopting the linguistic knowledge as the beginning of a study that will involve a pragmatic universe and intertextual relations. Finally, this is the provocation: Is there an enigma in the text in question.*

1. Palavras introdutórias

Começar o ato de escrever não é tarefa muito fácil, e mais difícil se torna, ainda, fugir daqueles chavões que rondam as introduções de trabalhos acadêmicos. Talvez se falarmos de coisas mais amenas como historinhas de fadas, bruxas, monstros, dragões, etc., a conversa possa ficar um pouco mais aprazível. Na companhia desses seres tão fantásticos que povoam nosso imaginário, artesãos da palavra nos têm conduzido a reinos longínquos, despertando-nos inusitadas emoções.

À captura do tal mundo do faz-de-conta, enquanto dormem as crianças e os adolescentes embalados nos abraços aconchegantes da viagem literária, jovens e adultos são convidados à atitude crítica diante do texto, deixando para trás aquele universo excessivamente infantilizado¹. No momento em que esse laço é rompido, na maioria das vezes o leitor faz a passagem sozinho e desavisado de que lemos até o que não está escrito, fator esse que tem tirado o sono de professores e pesquisadores há muitas décadas.

Interessados em solucionar os enigmas do texto, adeptos dos estudos lingüísticos e literários vêm procurando desde os idos de 1920,

* Doutorando e Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

¹ Cf. Ieda Maria F. P. Oliveira, em seu livro *O Contrato de Comunicação da Literatura Infantil e Juvenil*.

como é o caso, por exemplo, de Mikhail Bakhtin, defensor da tese de que a linguagem tem caráter essencialmente dialógico, visa a compreender a criação verbal. E, com o passar dos anos, contando com melhor definição de objeto e enfoque, os estudiosos foram encontrando formas de sustentar suas convicções acerca do texto. Dentre as correntes teóricas, ganha lume, nos anos 60, a Análise do Discurso através das figuras de Jean Dubois e Michel Pêcheaux, sendo que o segundo, enquanto filósofo, mostrou-se voltado para debates sobre marxismo, psicanálise e epistemologia, discutindo questões ligadas aos papéis do homem como sujeito detentor de conhecimento sobre si próprio e sobre o outro nas relações psicossociais durante o ato de comunicação. Teun A. Van Dijk e Fairclough criaram a Análise Crítica do Discurso, ao fazerem emergir do texto discussões de cunho ideológico, como preconceito racial, relações entre ser dominado e ser dominante, além de outros. Ou ainda deparamos com abordagens mais apoiadas em elementos intratextuais, como propõem Beaugrande & Dressler (1981), em *Introduction to text linguistics*².

No caso do Brasil, as idéias começaram a chegar na década de 70. As tendências revelavam ângulos completamente diferentes de visão dos fenômenos textuais, ficando a primeira restrita a um núcleo “rígido” de natureza apenas lingüística, e a segunda voltada para realidades buscadas fora dos limites impostos pela estrutura textual, a partir da intertextualidade e do conhecimento de mundo e de causa do leitor.

Refletindo sobre tudo isso, queremos deixar clara a nossa descrença em concepções unilaterais. Buscamos, sim, o ponto de equilíbrio entre as partes envolvidas na constituição do discurso. Esse clima de conciliação foi encontrado na Análise Semiingüística do Discurso de Patrick Charaudeau³, francês como Pêcheaux, situa o texto num *locus* entre o **núcleo “hard”** (conhecimento lingüístico) e a **periferia “light”** (conhecimento de mundo e intertextualidade), buscando compreender o **contrato de comunicação** estabelecido entre autor e leitor, de modo que o primeiro possa revelar paulatinamente para o segundo as estratégias adotadas e os objetivos que o levaram ao ato de produção. Cumpre enfatizarmos que nem sempre isso acontece, às vezes fazem parte do projeto de comunicação estratégias de mascaramento do texto.

Na medida em que essa cumplicidade aumenta, o leitor vai tomando consciência de que, ao escrever, o autor engendrou um **projeto de comunicação**. Nele, o autor, com maior ou menor margem de manobra, manipula

² Em *Introduction to text linguists*, Beaugrande & Dressler tornam-se desbravadores dos estudos da Lingüística do Texto.

³ Apresenta o contrato de comunicação, que corresponde às liberdades e restrições de cada gênero textual ou situação comunicativa. Para organizar o processo, Charaudeau, em *Language et Discours* (1983), diz há, na formação do contrato um projeto de comunicação, contendo objetivos e estratégias discursivas.

restrições e liberdades lingüísticas a serviço da finalidade de seu texto. Junta, elas atuarão como estratégias usadas na estruturação do texto, o que Charaudeau, em *Grammaire du sens et de expression* (1992), denomina modos de organização do discurso — narrativo, descritivo, argumentativo e enunciativo.

Como não é desejo nosso realizar uma análise onde seja feita uma especulação que ponha em relevo todas as particularidades da obra de Charaudeau, adotaremos algumas noções que subsidiarão o leitor durante o ato de interpretar textos, o que equivale a dizer que não se trata de um trabalho de aplicação rígido dessa teoria nem tampouco visa a persuadir qualquer estudioso do assunto da superioridade desta ou da inferioridade de outras. Pelo contrário, estamos abertos a contribuições que viabilizem a recepção textual.

2. Desvelando a cláusula de faz-de-conta em O DRAGÃO de Luís Fernando Veríssimo

Antes de proceder ao exame das cláusulas da parábola em tela, gostaríamos de justificar a ausência da gravura que acompanha o texto original, produzido em meados de 2003: o motivo de tê-la suprimido deve-se ao fato de a interpretação de texto não-verbal estar fora do nosso objeto de pesquisa; decerto a Semiótica de C. S. Peirce pode contemplá-la com uma leitura mais científica e lógica. Quanto ao texto, primeiramente faremos sua exposição global para, depois, subdiremos em partes, a fim de tornar mais prática a avaliação das descobertas. Vamos ao texto.

O Dragão

Parábola. Era uma vez um lugar dominado por um dragão. O dragão era mau. O dragão era aterrorizador. O dragão comia gente. Todos os dias um número determinado de pessoas — o dragão estabelecia a cota mensal — era atirado dentro da caverna do dragão, que devorava as pessoas depois de assá-las com as labaredas das suas ventas. E o dragão não controlava apenas a sua própria dieta. Controlava toda a vida do lugar, com sua presença ameaçadora e suas ordens. O lugar não ia para frente por causa do dragão. Não progredia porque o dragão não deixava. Não dava de comer à sua população porque tinha que dar sua população para comer ao dragão.

Aquilo não podia continuar assim. Precisavam de alguém para enfrentar o dragão, para matá-lo ou fazê-lo fugir. E encontraram alguém. Um cavaleiro destemido, acostumado a grandes lutas. E começaram a preparar o cavaleiro para enfrentar o dragão. Não foi um processo rápido, levou anos. O cavaleiro não teve que ser convencido da maldade do dragão. Ele mesmo tivera companheiros devorados pelo

dragão. Odiava o dragão. Todo mundo concordava que o dragão tinha que cair para que o lugar se erguesse. O importante era saber como derrotar o dragão. E só entrar na caverna quando o cavaleiro, eleito pelo lugar para livrá-los do dragão, estivesse pronto.

Foi um treinamento extenso e meticuloso. Tudo foi previsto. Assim que percebesse que o cavaleiro não era apenas outro prato, o dragão reagiria com ameaças e insultos pesados. O cavaleiro foi preparado para responder à altura. Entraria na caverna com o discurso pronto. O dragão lançaria fogo pelas ventas. O cavaleiro iria equipado para resistir ao fogo. O dragão usaria o seu rabo serrilhado para tentar cortar o cavaleiro ao meio. O cavaleiro treinou muito a manobra evitarabo. O dragão tentaria esmagar o cavaleiro com uma das suas grandes patas ou trespassá-lo com uma das suas grandes unhas. O cavaleiro saberia como se esquivar das patas e das unhas. O cavaleiro estava pronto para entrar na caverna e enfrentar o dragão. Entrou, e foi aquele silêncio. Do lado de fora da caverna toda a população na expectativa dos sons da luta, dos sinais de que o cavaleiro e o dragão combatiam até a morte, e nada. Silêncio. Horas, dias, meses de silêncio. Finalmente se atreveram a espiar dentro da caverna e viram o cavaleiro e o dragão lado a lado batendo o maior papo. “Sabe que ele é até simpático?”, disse o cavaleiro, quando lhe cobraram. Tinham preparado o cavaleiro para todas as eventualidades, menos a de o dragão gostar dele.

Para abrirmos uma discussão destacamos que, assim como Adam (1987), que defende a existência de **tipos de seqüenciais textuais elementares**⁴, cremos na predominância de **um modo de organização do discurso — narrativo, descritivo, argumentativo ou enunciativo**⁵. Isso nos conduz à noção de **predominância quantitativa** (que modo de organização do texto aparece mais vezes no texto) e **predominância qualitativa** (a serviço do modo de organização que corresponde à realidade que o autor do texto quer transmitir).

Se adotado o primeiro critério, vale dar um relevo à tese de Harald Weinrich, em *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje* (1968)⁶, apontando a íntima correlação entre a escolha do tempo verbal e o modo de organização do discurso, a saber: o **pretérito perfeito do indicativo** conecta-se com o modo **narrativo**, o **pretérito imperfeito do indicativo** com **descrições inseridas em narrações**, o **presente do indicativo** é mais

⁴ Cf. ADAM, Jean-Michel (1987), em *Types de séquences textuelles elementares*.

⁵ Cf. CHARAUDEAU, P. (1992), em *Grammaire du Sens et L'Expression*.

⁶ O alemão Weinrich (1968), descobriu que a escolha do tempo verbal presta-se ao tipo de texto, ou melhor complementando com a terminologia empregada por Charaudeau, relaciona-se ao modo de organização do discurso específico.

freqüente em textos de modo **argumentativo** ou no modo discutivo, quando predomina, e assim sucessivamente.

Como em “O Dragão” houve predomínio de uso **do pretérito perfeito do indicativo**, seguido do **pretérito imperfeito**, é possível considerá-lo, sob a **predominância quantitativa**⁷, como **modo narrativo (com momentos de descrição)**.

Vendo-o sob a prisma qualitativo, que é definitivo no projeto de comunicação, temos de levar em conta os objetivos e as estratégias adotadas para atingi-los. Sobre o assunto, Anscombe & Ducrot (1983) salientam que *“todo texto, em maior ou em menor grau, é argumentativo”*. Mas, como enxergar esse modo de organização do discurso — argumentativo — se não localizamos o tempo presente do indicativo, nem estrutura, nem tampouco identificamos os tais argumentos explícitos?

Existe toda uma cláusula do “faz-de-conta” a ser desvelada. Em meio de tanta ludicidade, o leitor pode estar à mercê de signos verbais totalmente desorientadores, capazes exigir um leitor arguto. Nesse particular, concordemos, Veríssimo foi perspicaz no propósito de montar um texto a ser lido por um público heterogêneo e eclético em termos de receptividade, ao escrevê-lo, ora comprometido com a realidade, ora com o faz-de-conta, principalmente.

Ao anunciar o gênero parábola, informa que optou por uma *“narração alegórica na qual o conjunto de elementos evoca, por comparação, outras realidades de ordem superior”*⁸. Quanto ao leitor, na maioria dos casos, tende a lançar mão da chamada regra universal, segundo a qual entre uma interpretação óbvia e uma não óbvia, vai prevalecer a óbvia, salvo alguma explicitação em contrário.

Patrick Charaudeau, em encontramos a ponta desse novelo quando admite haver, no discurso, um **circuito externo** e **outro interno**⁹. No circuito externo, aparece um **eu-comunicante** (o autor) e um **tu-interpretante** (o leitor). No interior do discurso, a relação torna-se complexa na medida em que surgem mais outros dois elementos, propondo uma encenação do real: um **eu-enunciador** (ser construído discursivamente), e um **tu-destinatário** (que corresponde ao perfil de emissor a quem se destina todo o contrato de comunicação, cujo sucesso ou insucesso está em montar um tu-destinatário que se aproxime ao máximo do tu-interpretante).

Diante dessa ambivalência de eus e/ou sujeitos, vão sendo deixados alguns signos indiciais que suscitam orientações intrigantes do imaginário

⁷ Os conceitos de predominância quantitativa e qualitativa são do Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira (anotações de aula do curso Doutorado em Língua Portuguesa 2004/01). Não existem em outro lugar.

⁸ Informação extraída do *Novo Dicionário Aurélio* (1986).

⁹ Cf. CHARAUDEAU, P. (1983), em *Language et Discours: éléments de semiolinguistic (“théorie et pratique”)*.

de quem lê “O Dragão”. Aliás, o verbete em si já é bastante provocativo quanto às acepções, dentre as quais, escolhemos três: “1ª) *monstro fabuloso representado, em geral, com cauda de serpente, garras e asas*; 2ª) *pessoa de má índole*; 3ª) *soldado de cavalaria...*”¹⁰. Ao examinarmos o excerto “O dragão era mau. O dragão era aterrorizador. O dragão comia gente.”, parece ter havido escolha da primeira opção, já que Luís Fernando Veríssimo compartilha conosco o conceito de dragão que habita no imaginário.

Indo adiante, em “*Todos os dias um número determinado de pessoas — o dragão estabelecia a cota mensal. (...) O lugar não progredia porque o dragão não deixava*”, o ser descrito vai sendo deslocado do universo mitológico para o mundo real. Na frase “*Não dava de comer à sua população porque tinha que dar sua população para comer ao dragão*”, que, intencionalmente construída à base do sarcasmo, insinua que “*a sua população*” não servia somente a um primeiro dragão, ao qual ele tinha que se obrigar, mas que havia um segundo ainda mais opressor.

Adiante, o **pretérito perfeito** vem anunciar que a história acaba de começar, pois acabava de chegara a outra peça do jogo — “o cavaleiro”. Tal escolha, de imediato, causa-nos certa estranheza, pelo fato de poder estar indicando uma troca pelo parônimo ‘cavaleiro’, decerto alguém possuidor de coragem e bravura para enfrentar o dragão com força brutal, porém, preparam alguém que pudesse impressionar o monstro não só pela força, mas também pelo eloquência.

Na verdade, a entrada do modo descritivo, responsável por enaltecer o cavaleiro, atua como **argumentos** de uma tese pouco convencional, assim descrita “*O importante era saber como derrotar o dragão. E só entrar na caverna quando o cavaleiro, eleito pelo lugar para livrá-los do dragão, estivesse pronto*”. Talvez Veríssimo queira mostrar uma população oprimida, sonha em banir o abuso do poder. Munido de argumentos, estrategicamente disfarçados no interior da descrição, a **tese (pró)** cavaleiro torna-se desvelada, saindo das entrelinhas. Mas, para isso, requer um leitor que compreenda a subversão instaurada no **contrato de comunicação**, cuja cláusula está em fingir que não finge para um tu-destinatário mas, ingênuo e não fingir que não finge para o tu-destinatário apto a desmascará-lo.

A parábola prossegue. No interior do penúltimo parágrafo, Veríssimo brinca com a retórica tão freqüente nos discursos políticos, usando, como marca mais relevante, o **futuro do pretérito do indicativo, tempo verbal de natureza hipotética**, fortemente propício à situação comunicativa, como, por exemplo, em “*O dragão usaria o seu rabo serrilhado para cortar o cavaleiro ao meio. O cavaleiro treinou muito a manobra evita-rabo.*” / “*o cavaleiro estava pronto para entrar na caverna e enfrentar o dragão.*”. E assim, o cavaleiro entrou na caverna, para a alegria, digo, do povo daquele lugar.

¹⁰ Idem à nota de número 8.

Contrariando a todas as expectativas tanto dos que o prepararam para enfrentar o dragão quanto dos que o elegeram, de tão bem preparado para enfrentar o dragão, durante o encontro, não houve o tão sonhado duelo, e sim um entendimento, comprovado por uma frase, ou melhor, um tremendo chavão: “*Sabe que ele é até simpático?*”, em resposta às cobranças. Assim, a adesão do cavaleiro funciona como forma de adesão ao argumento mais forte, a convergência de ideologias (mas, aonde foi parar aquela velha esquerda cujo discurso trazia marcas tão singulares?).

Com a frase “*Tinham preparado o cavaleiro para todas as eventualidades, menos a de o dragão gostar dele.*”, mostra que as semelhanças entre o dragão e o cavaleiro nos fazem admitir, pelo menos, que o dragão, com ficha de identificação bem preenchida, também é, conforme a terceira acepção, soldado de cavalaria, deixando o povo daquele “*dominado por um dragão*”.

3. Considerações finais

Esperamos ter prestado algum serviço ao estudo da interpretação do contrato de comunicação existente em textos dessa natureza, explorando recursos intra- e extratextuais. Estivemos preocupados em tomar o conhecimento lingüístico enquanto detonador de um projeto de escritura de arrojada alquimia verbal.

Na expectativa de compreendermos as cláusulas do faz-de-conta¹¹, descobrimos que, em “O Dragão” de Veríssimo, a predominância do pretérito perfeito do indicativo pode conduzir o leitor à ingênua interpretação de que o modo de organização textual é o narrativo. No entanto, a observância da ordem quantitativa tornou-se apenas uma estratégia discursiva para revelações ao leitor com olhos sensíveis para ver argumentos entrelaçados havendo em torno de uma tese principal, comprovando que, mesmo na predominância qualitativa que aponta para o modo narrativo, é inegável que o texto revela os objetivos e estratégias, intencionalmente metadiscursivas. O tu-interpretante pode, na medida em que lê, construir outro texto que, com base na situação comunicativa a que aparenta fazer alusão, com ênfase no modo argumentativo.

No texto em questão-escrito, não-presenciais e monolocutivo, mesmo com uma margem de manobra¹² aparentemente limitada, Veríssimo soube transitar entre o real e o imaginário, inovando no enfoque e no desfecho.

Em suma, tentamos prestar mais uma contribuição ao movediço e conturbado universo do texto, sob pressupostos da Análise Semiolingüística

¹¹ Cf. CHARAUDEAU, P. apud OLIVEIRA, Ieda de (2002), em *O Contrato de Comunicação da Literatura Infantil e Juvenil*, ao explicar que o faz-de-conta da criança implica a “impossibilidade de verificação racional”.

¹² Idem à nota de nº 8.

do Discurso de Patrick Charaudeau, com as devidas complementações, na expectativa de que outros pesquisadores, ainda que de forma modesta como o fizemos, ousem desvelar outros contratos de comunicação.

4. Referências Bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. *Types de séquence textuelles élémentares*. Pratiques. Metz, 56: 54-78, dez. 1987.

ANSCOMBRE, Jean-Claude & DUCROT. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles, Mardaga, 1983.

AURÉLIO, B. de H. et al. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1264.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. *Laguage et Discours: élémentars de semiolinguistic (théore et pratique)*. Paris: Didier, 1983.

_____. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*. Caracas, 1 (1): 7-22, ago. 2001.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

_____. & MAINGUENEAU, Dominique (org.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.

DIJK, Teun A. Van. *Cognição, discurso e interação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: PRIDE, J.B. & HOMES, Janet (ed.). *Sociolinguistics*. Middlesex: Penguin Books, 1972, p. 269-293.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Argumentação e linguagem*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso e relatores. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (eds.). *Estudos de lingüística textual de português*. Frankfurt: TFM, 2000, p. 173-90.

OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos, 1968.